

Finanças do PR não estão como parecem

Palestra com Cid Cordeiro mostra como estão as finanças no Paraná



Cid Cordeiro

« Economista » Palestrante

O economista Cid Cordeiro mostrou, em palestra proferida para docentes, agentes universitários e estudantes da UEM, um quadro geral das finanças do Estado do Paraná. Fez uma análise da PL 257/2016 e da PEC 241/2016, seguido de debate com os participantes. O evento, promovido pelo Sinteemar, reuniu no Restaurante Universitário e no Auditório do Hospital Universitário de Maringá, centenas de pessoas que tiveram a oportunidade de saber, ao certo, como andam as finanças do Paraná e o que pode acontecer com a carreira de cada um, caso esses projetos, que estão em tramitação, sejam aprovados na íntegra.

Ao final, Cid Cordeiro divulgou um relatório, que apresentamos:

O Secretário Estadual da Fazenda, Mauro Ricardo, apresentou no dia 31 de maio o relatório fiscal do 1º. Quadrimestre de 2016, quando foram revelados o crescimento do investimento do Estado em 423%, receita crescendo 18,6%, gasto com pessoal com aumento de 22,68% e gasto de custeio (Outras Despesas de Custeio-ODC) com incremento de 26,83. Qualquer pessoa que não acompanhe cotidianamente as finanças do Estado pode deduzir que estamos passando por um momento extraor-



Representantes dos sindicatos unidos para o enfrentamento

dinário em plena crise da economia brasileira e paranaense.

No entanto, os relatórios do primeiro quadrimestre não revelam a verdadeira dinâmica da receita e despesa do Estado, diferentemente do que ocorre nas discussões que temos realizados com a SEFA, não houve o cuidado necessário e indicado de se fazer algumas ressalvas importantes:

- ⚠ As receitas estão infladas com a antecipação da cobrança do IPVA (para pagamento a vista em 2015 foi em abril e 2016 foi em janeiro);
- ⚠ Investimento em 2015 ficou praticamente paralisado no primeiro quadrimestre com desembolso de apenas R\$ 70 milhões. Em 2016 o desem-

bolso foi de R\$ 405 milhões;

- ⚠ Gasto com Pessoal, governo atrasou pagamentos aos Servidores, cortou vários gastos, desligou Servidores com contratos temporários, etc.;
- ⚠ No custeio houve calote aos fornecedores, atraso de pagamento e corte de gasto.

Portanto, os números mais escondem do que revelam induzindo a erros de avaliação. O que vem ocorrendo no Paraná de fato é um bom crescimento da receita, mas não no patamar de 18%, descontada a arrecadação do IPVA por causa da sua antecipação. A receita corrente cresceu 11% no primeiro quadrimestre.

EDITORIAL

A REALIDADE DOS SERVIDORES E O PL 257/2016

Após muita luta dos servidores públicos de todo Brasil que estavam em Brasília, o Paraná representado por sindicatos ligados a educação, ganhamos o primeiro "Round". Durante os dois primeiros dias de agosto, servidores das três esferas (municipal, estadual e federal), transitaram pelos gabinetes dos deputados, pedindo para votarem contra o PL 257/2016.

Durante a sessão que destruiria a vida dos servidores e os serviços públicos, as discussões foram acaloradas, principalmente dos deputados de oposição que, em defesa dos servidores públicos buscavam a todo custo, obstruir a votação.

Os servidores por sua vez, tentavam de toda maneira entrar na galeria para acompanhar a sessão. Após grande esforço, muitos conseguiram ajudados pelos deputados, principalmente pela bancada

do Partido dos Trabalhadores. Em nosso caso particular, o Deputado Enio Verri muito nos ajudou.

O mais importante é que não havia consenso nem entre os deputados governistas. Assim, em reunião entre o presidente da Câmara Federal e as lideranças partidárias, foi acordado que a renegociação das dívidas dos estados deveria continuar no PL 257, mas as condicionantes que prejudicavam os trabalhadores deveriam ser modificadas, são elas:

➤ Retirada de todo Art 4º, que possibilitava o congelamento dos nossos salários por 24 meses;

➤ Supressão do parágrafo 1º, do Art 18, que incluía os terceirizados como parte dos gastos com folha de pagamento e levaria facilmente o estado alcançar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

➤ Exclusão de todo Art 23, que previa o congelamento da nossa carreira por 24 meses prejudicando todas as promoções e progressões.

Essa conquista, mesmo que parcial, só foi possível devido ao esforço das comitivas presentes em Brasília e toda base de servidores públicos que se manifestaram por meio das redes sociais, se posicionando contrários ao PL 257/2016. Vencemos mais essa etapa. Porém, na próxima segunda-feira (8 de agosto), o projeto volta em discussão. Por isso, os servidores estarão novamente em Brasília, para acompanhar a votação do PL 257 e para demonstrar força e união para derrotar também a PEC 241/2016.

**Dirigentes dos
Sindicatos da IES**



O SERVIDOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

EDUCAÇÃO EM RESISTÊNCIA SEMPRE - AMPLIANDO A LUTA PARA GARANTIR SEUS DIREITOS



Análise do projeto de lei 257/2016

 Cid Cordeiro



Servidores e estudantes ouvem atentos as discussões sobre os projetos

Os Governadores apelaram para o Presidente em exercício renegociar os termos da dívida com redução dos encargos

Resumo. Em um cenário de recessão e que impactou negativamente nas receitas dos Estados e nos repasses da União, os Governadores apelaram para o Presidente em exercício renegociar os termos da dívida com redução dos encargos. O Governo Federal atendeu parcialmente essa demanda alterando o indexador da dívida e assim reduzindo os gastos com a dívida dos Estados e em contrapartida estabeleceu medidas de ajuste fiscal - redução do gasto com pessoal e custeio - que devem ser adotadas pelos estados.

Análise. O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 257 que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. A medida de auxílio aos Estados é referente a mudança do indexador da dívida contraída pelos Estados com base na

Lei no. 9.496, de 11 de setembro de 1997, que autorizou a assunção e renegociação das dívidas estaduais pela União no final da década de 1990, escalonando o pagamento em 30 anos, com taxa de juros de 6,0% ao ano e atualização monetária pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna - IGP-DI - aqui no Paraná é conhecida como a dívida contraída para sanear o Banestado. A medida altera esse indexador para IPCA + 4%, reduzindo o desembolso mensal com o pagamento dos juros da dívida. No Paraná essa redução é de aproximadamente R\$ 17 milhões mês.

As medidas de reequilíbrio fiscal visam limitar a expansão dos gastos dos Estados pela variação da inflação do ano anterior e estão listadas no Art. 3o., e devem ser adotadas as seguintes medidas nos 24 meses seguintes à assinatura do termo aditivo:

PL 257/2016

- I** Não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II** Limitar o crescimento das outras despesas correntes, exceto transferências a Municípios e Pasesp, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo;
- III** Vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira;
- IV** Suspender admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes, por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as reposições decorrentes de vacância, aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, bem como as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, em qualquer caso sendo consideradas apenas as vacâncias ocorridas a partir da data de assinatura do termo aditivo;
- V** Reduzir em 10% (dez por cento) a despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com a do mês de junho de 2014.

No **Art. 4o.** estabelece a implementação de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, instituição do regime de previdência complementar, elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente, podendo ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos, até atingir o montante necessário para saldar o déficit atuarial e equiparar as receitas das contribuições e dos recursos vinculados ao regime próprio à totalidade de suas despesas, incluindo as pagas com recursos do Tesouro; Reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União; e definição de limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira, deduzida dos investimentos e das inversões financeiras, ao montante correspondente a 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior, quando as despesas não financeira ultrapassarem 90% da receita corrente líquida.

A participação de servidores e estudantes foi grande



VI A redução no pagamento dos juros depende da adoção imediata das seguintes medidas previstas no Art. 7o.: I - redução em 20% (vinte por cento) da despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com a do mês de junho de 2014; II - vedação à contratação de operação de crédito por prazo equivalente ao dobro do prazo constante do requerimento de que trata o art. 6o; e III - limitação das despesas com publicidade e propaganda a 50% (cinquenta por cento) da média dos empenhos efetuados nos últimos três exercícios, por prazo em que for acordada a redução extraordinária.

VII Se não forem adotadas no prazo de 180 dias contados da data de assinatura do termo aditivo, implicará a revogação dos benefícios de redução dos encargos da dívida.

Medidas da PEC 241/2016

Resumo. Em 15 de junho de 2016 o Governo enviou ao Congresso Nacional o texto da PEC 241/2016 que estabelece teto para a expansão do gasto da União, o aumento da despesa primária ficará limitada à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

SINTESE DAS MEDIDAS

Prazo. 20 anos com possibilidade de revisão da

regra de fixação do limite a partir do 10º ano de vigência (2017-2036);

Despesas no primeiro ano. No primeiro ano de vigência (2017), o limite dos gastos totais equivalerá à despesa paga do ano anterior corrigida pela inflação do ano anterior;

Educação e Saúde. Valores mínimos dos gastos com saúde e educação da União passarão a ser corrigidos pela variação da inflação do ano anterior e não mais pela receita. É prerrogativa do Congresso Nacional decidir onde os recursos públicos serão alocados, respeitando esse novo piso

constitucional caso a PEC seja aprovada. Atualmente a Constituição estabelece que seja aplicado na saúde o equivalente a 13,7% da receita corrente líquida e 18% da receita de impostos federais, deduzidas as transferências constitucionais, com a PEC cai essa vinculação e o aumento do investimento nessas áreas será limitada pela inflação.

Exceções. Ficam fora do alcance da PEC as transferências constitucionais a Estados, municípios e Distrito Federal e os créditos extraordinários, além das complementações ao Fundeb, as despesas da Justiça Eleitoral com as eleições e despesas de capitalização de estatais não dependentes.

Descumprimento. Em caso de descumprimento do limite estabelecido para os Poderes e órgãos, o poder que extrapolar o limite ficará proibido no exercício seguinte:

1. Conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à publicação da PEC; **2.** Criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; **3.** Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; **4.** Admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou de falecimento de servidores, e as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; **5.** Realizar concurso público.

Adicionalmente, no caso de descumprimento do limite pelo Poder Executivo, ficam vedados no exercício seguinte: **1.** Despesa nominal com subsídios e subvenções econômicas não poderá superar aquela realizada no exercício anterior; **2.** Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Tramitação. A PEC 241 será analisada inicialmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que fará o exame de **admissibilidade**. Se for aprovada, segue para discussão e votação em uma comissão especial. A última etapa na Câmara é a votação em dois turnos no Plenário.

Perda de recursos para Educação e saúde

No União. as perdas no período de 2011 a 2015 seria de R\$ 23,3 bilhões na Educação e de R\$ 180,7 bilhões na saúde.

ANO	EDUCAÇÃO			SAÚDE		
	CONSTITUIÇÃO 18% RLJ	PEC 241	DIF.	CONSTITUIÇÃO EC 29	PEC 241	DIF.
2011	37	33	-4	72,3	43,6	-28,7
2012	39,4	35,2	-4,2	80,1	46,5	-33,6
2013	43	37,2	-5,8	83,1	49,2	-33,9
2014	44,2	39,4	-4,8	91,9	52,1	-39,8
2015	46,5	42	-4,5	100,1	55,4	-44,7
TOTAL	210,1	186,8	-23,3	427,5	246,8	-180,7

Fonte. Educação - CONOF/CD - MARCOS ROGÉRIO ROCHA MENDLOVITZ, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira CD. Saúde: Grupo Técnicos Interinstitucional de Discussão Financiamento SUS.

No Estado do PR. as perdas no período de 2011 a 2015 seria de R\$ 6,4 bilhões, 2015 teria perda anual de R\$ 2 bi.

ANO	EDUCAÇÃO		
	CONSTITUIÇÃO 25%	PEC 241	DIF.
2011	4	3,8	-0,2
2012	4,8	4,1	-0,7
2013	5,6	4,3	-1,3
2014	6,8	4,6	-2,2
2015	6,9	4,9	-2
TOTAL	28,1	21,7	-6,4

Fonte. Relatórios Fiscais; Elaboração Cid Cordeiro Silva.

A visão pessimista da SEFA para os próximos meses



Cid Cordeiro

« Economista » Palestrante

A SEFA tem apresentado um diagnóstico muito pessimista, tanto para o desempenho da economia (recessão), quanto para a receita do Estado. O orçamento que já vinha com estimativa baixa do crescimento da receita (6%), com as recentes quedas projetadas de arrecadação de R\$ 1 bilhão com ICMS e desempenhos baixos para outras, essa estimativa caiu para 3%.

Estimativa da receita para 2016 e contingenciamento orçamentário

No primeiro trimestre a receita do ICMS apresentou crescimento de 15% - excluindo IPVA - a estimativa que calculamos é que a receita crescerá entre 6% a 8% em 2016 - sem considerar possíveis receitas extraordinárias -, a Secretaria Estadual da Fazenda-SEFA estimou no orçamento em 6%, essa previsão, deduzimos que foi reduzida para 3% por conta do contingenciamento médio de 10% anunciado em janeiro pelo Governo e estimativas de queda do ICMS, energia elétrica (estimado em R\$ 700 milhões) e mais R\$ 400 milhões por conta da queda da atividade econômica. Tradicionalmente a SEFA trabalha com contingenciamento no início do exercício fiscal e no decorrer do ano vai liberando os recursos na medida em que vai atualizando as estimativas de receita. O problema é que sempre essa visão inicial é muito pessimista prejudicando a liberação de recursos e travando o funcionamento da máquina pública e dos investimentos, concentrando no 2º Semestre esses gastos prejudicando a qualidade das políticas públicas.

Temos discordado dessas avaliações e apontado crescimento da receita no intervalo de 6% a 8%, mais provavelmente em 8%. Os resultados até o primeiro quadrimestre com esse cres-

cimento de 12% é uma boa notícia para essa estimativa, no entanto uma previsão mais precisa desse crescimento só será possível com o conhecimento dos resultados do mês de julho.

Receitas extraordinárias e as condições para pagamento dos atrasados de promoção e progressão

Além das receitas correntes, estamos trabalhando para 2016 com o potencial de algumas receitas extraordinárias cujo montante pode atingir R\$ 1,6 bilhão. Esses recursos são mais que suficientes para o Governo resgatar sua dívida com os atrasados de progressões e promoções dos Servidores Públicos.

Esse era o desafio que o Governo fez - mostrar os recursos para pagar promoções e progressões. Após a apresentação desses números o argumento usado pelo Governo é que esses

recursos não podem contemplar gastos contínuos - implantação das promoções e progressões -, no entanto são recursos suficientes para pagar os valores atrasados.

Apontamos assim os recursos suficientes para o Governo pagar os valores atrasados de promoções e progressões. A viabilidade da implantação se dará com o desempenho da receita, enquanto a SEFA trabalha hoje com estimativa de crescimento da receita no patamar de 3%, temos apontado estimativa de crescimento entre 6% e 8%.

Potencial de Receita Extraordinária em 2016

DESCRIÇÃO	R\$ MILHÕES	VALOR DESC. REPASSES
Leilão da folha pagamento Servidores Ativos Leilão da folha de pagamento prevista para junho	500	500
Acesso aos recursos dos depósitos judiciais Depósitos Judiciais, necessário considerar esse valor como parte dos 2% para que recursos equivalentes sejam liberado para gasto	600	600
Adesão ao programa de ajuste fiscal Governo Federal, dilação da dívida Em doze meses o valor é de R\$ 192 milhões	128	128
ICMS Vincendo ICMS vincendo, estimado venda de R\$ 300 milhões, saldo de R\$ 375 milhões após repasse 25% para municípios, saldo líquido excluindo repasses legais e constitucionais - R\$ 150 milhões	375	225
Dividendos adicionais da Copel Dividendos da Copel - 50% do Lucro Líquido - parte do Estado deduzido R\$ 112 milhões pagamento parcela da Conta de Resultados a Compensar-CRC, total do repasse estimado em R\$ 243 milhões	131	131
Crédito Suplementar com corte de recursos de outras despesas	375	375
TOTAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS (ESTIMATIVA)	2.109	1.959

O custo do reajuste dos servidores - 2015/2016

O Governo vem divulgando que o reajuste promovido em janeiro, de 10,67% teve um custo adicional de R\$ 2 bilhões. O que o Governo desconsidera é que, tanto o reajuste de 3,45% em outubro de 2015, quanto o de janeiro é resultado da não aplicação dos 8,17% referente à data-base de maio

do ano passado. Ao não zerar o reajuste na data-base e adiar a aplicação do reajuste, o Governo não gastou mais, mas sim economizou, basta retroagirmos o reajuste de 8,17% a maio de 2015 e calcularmos as perdas de maio a dezembro e os

ganhos de janeiro a abril para concluirmos que o Governo teve uma economia equivalente a 34% da folha de pagamento. Em valores isso representou uma economia aproximada de R\$ 500 milhões no período de maio de 2015 a abril de 2016.

Sindicalistas analisam conjuntura sociopolítica do Brasil e do Paraná



José Maria de Oliveira Marques

Presidente do Sinteemar

Os direitos dos servidores públicos são intocáveis

"A conjuntura política atual é totalmente desfavorável aos servidores públicos. Os atuais governos Federal – golpista – e estadual estão a serviço do capital e, com discurso unificado querem que os servidores públicos paguem pela sua incompetência. Ano a ano acompanhamos a divulgação de aumento na arrecadação, porém, quando se trata de reajustar os salários dos trabalhadores dizem não ter dinheiro. Diante disso, ameaçam com congelamento de salários, fim da data-base, aumento da contribuição previdenciária, reforma da previdência com elevação da idade mínima para aposentadoria (homens 70 anos e mulheres 65 anos), corte de investimentos em saúde e educação, não contratação e muitos outros itens que nos prejudi-

cam diretamente. Essas atitudes configuram o maior ataque à classe trabalhadora brasileira. Nós que realmente geramos riqueza nesse país vamos pagar a conta da corrupção e incompetência governamental. Políticos corruptos buscam cassar outros políticos corruptos. Como eles mesmos já disseram: "poucos escapam". Mas a classe trabalhadora não aceitará qualquer mudança sem luta. Estamos prontos para o embate. Não queremos greve ou outro 29 de abril, mas se preciso for, iremos para o confronto. Só os governos federal e estadual podem evitar isso, ou seja: não mexam nos nossos direitos. Não retirem aquilo que por muito tempo foi conquistado. A educação que resiste, permanece cada dia mais forte".

Daniel Edilson Flauzino

Delegado Sintesu

"O governo tenta fazer barganha. Não podemos aceitar essas imposições. Precisamos ser firmes para que lá na frente o governo não venha a fazer barganha de novo e trocar direito por direito. Não podemos admitir que venha a usurpar direitos garantidos há anos, em vez de dar avanços. Isso é retrocesso. Estamos perdendo na carrei-

ra, além do que estamos perdendo tempo com essa briga em vez de avançarmos na carreira. O importante é não perder tudo aquilo que conquistamos. Temos de brigar, ser firmes. Temos de ir pra rua!!! O Sintesu foi o primeiro sindicato a fazer Assembleia. Estamos alertas, mobilizados e preparados para qualquer enfrentamento"





Pedro Blasezak

Diretor do Sintespo

"O Sintespo vê com preocupação o cenário que está se desenhando pelo Governo diante da ameaça de cortes, principalmente na revogação da data-base. Mas a categoria está atenta, pois em Assembleia e, por unanimidade, decidiu pelo estado de greve"



Marcelo Alves Seabra

Presidente Assuel

"Esse é um momento delicado, uma vez que há a união dos Governos Federal e estadual com o objetivo de fazer o desmonte do serviço público e retirar direitos historicamente conquistados pelos servidores, preparando também as privatizações e terceirizações, desobrigando o Estado dos compromissos com a população. Isso penaliza ainda mais os servidores ao deixá-los desamparados."



Marcos Aurélio R. Alves

Diretor Sinteoste

"Esse é um momento difícil pelo qual estamos passando e vai exigir muita luta e resistência de todos os servidores públicos do Paraná. Um governo desse, que só tira do trabalhador, é preciso fazer o enfrentamento, o confronto contra esses retrocessos. Esse é um desafio de como vamos lidar com todas essas perdas de direitos"

Arnaldo Melo

Diretor financeiro da Assuel

"É muito ruim elegermos nossos representantes e eles não nos representarem. Há aí, uma inversão de valores. Quando elegemos um deputado ou um governador, queremos que seja para defender o povo. E o que acontece é que eles só têm interesse próprio. É preciso uma reforma política urgente, para que esse novo modelo de governo seja diferente e que os nossos políticos nos represente de verdade, além disso, é preciso que a quantidade de verba para o Legislativo seja revista, pois sempre sobra dinheiro para uns setores e falta para outros. É o funcionalismo público que está sempre na berlinda, exprimido!"



EXPE DIENTE

BOLETIM CONJUNTO DAS IES // AGOSTO 2016

SINTEEMAR // ASSUEL // SINTEOESTE // SINTESU // SINTEspo

JORNALISTA RESPONSÁVEL // VALDETE DA GRAÇA (MTB 2421)

JORNALISTA // LUIS CLÁUDIO DA SILVA

DIAGRAMAÇÃO // MOBI COMUNICAÇÃO // (41) 3034-1812 // WWW.MOBIONLINE.COM.BR